



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2218 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

PODE A MULHER NEGRA FALAR? UM BREVE ESTUDO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO ESPAÇO ACADÊMICO

Luciana Ribeiro de Oliveira - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ana Cristina da Costa Gomes - 2^a CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

Este trabalho reflete sobre a representatividade da mulher negra no espaço acadêmico e como esta é negativamente afetada pelo racismo institucional e pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2010), que tira dela o lugar de fala (SPIVAK, 2014), subalternizando-a. Para a construção desse estudo, tomamos como referência a matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 14 de janeiro de 2014 que informa que, dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as jovens negras apresentam o mais baixo desempenho na prova. Entendendo que este resultado distancia as jovens negras do ensino superior, realizamos um breve levantamento de mulheres negras que foram tituladas na pós-graduação de 2010, em comparação com mulheres brancas com a mesma titulação, a partir de documento elaborado pela Fundação Carlos Chagas e, em análise qualitativa, avaliamos qual tem sido o papel da educação brasileira no tocante à promoção da igualdade de gênero/raça no que se refere à mulher negra.

Palavras-chave: mulher negra; educação; colonialidade

Introdução

No decorrer deste ano, temos refletido sobre uma notícia que foi publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 14 de janeiro: o fato de que jovens negras, embora componham o grupo de maior quantidade de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), são elas também o grupo de mais baixo desempenho nesta avaliação que, mesmo tendo outros objetivos, é a principal porta de entrada para o nível superior, e que, para o caso das universidades públicas, este será quase que o único caminho [i]. Diante desse fato, inspiramo-nos em Spivack (2014) para fazer a pergunta: pode a mulher negra ser visível, representada no espaço acadêmico?

Reconhecemos que ao falarmos das desigualdades que atravessam a trajetória social e de formação de mulheres negras estamos abordando a violência colonial pela qual foram submetidas desde a época da escravidão, criando-se uma ideologia de gênero e raça na qual os estereótipos sexuais, intelectuais e morais foram estabelecidos numa ordem de subalternização. Sueli Carneiro (2003) *apud* Ângela Gilliam nos traz uma importante reflexão acerca da negação do papel e da representatividade da mulher negra na sociedade: *O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance* (p.49). Diante de uma sociedade patriarcal, cristã e de supremacia branca, as narrativas de vida e experiências da mulher negra são bastante diferentes das vividas pela mulher branca que, apesar de ser menosprezada pela estrutura patriarcal, é compreendida dentro do sistema moderno colonial de gênero [ii] (LUGONES, 2014) enquanto humanas, civilizadas, recatadas sexualmente.

Mesmo com a alteração do sistema moderno, a existência de estereótipos sobre a mulher negra ainda faz parte do imaginário coletivo da sociedade. Quando pensamos na inserção desta mulher negra na formação de ensino superior chegando até a pós-graduação, refletimos que a impossibilidade de as jovens negras chegarem a uma universidade devido ao fato de não atingirem aquele critério de capacidade preestabelecido pela tal prova é, também, sinalizador de que essas mulheres não têm vivido uma experiência escolar que as coloquem em condições de igualdade, de modo que, se considerarmos que a maioria da população negra brasileira tem sua formação escolar na rede pública, podemos apontar para a existência de um racismo institucional.

Entendemos racismo como uma ideologia que estabelece hierarquia entre os grupos raciais, reservando para os negros o lugar mais baixo nesta hierarquia, e que o racismo institucional, como foi definido por Stokely Carmichael e Charles

Hamilton, ativistas do grupo estadunidense Panteras Negras, em 1967, trata-se da *falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica* (QUERINO *at ali*, 2013, p.11). Para Jurema Werneck racismo institucional é um sistema de subordinação de direitos às *necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último*.(IDEM)

Estendemos o conceito de racismo institucional à situação aqui apresentada que, de acordo com o jornal Estado de São Paulo, tem uma regularidade que vem sendo observada em dois anos de pesquisas nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sobre a observação anterior é possível considerar que as jovens negras não se colocam no espaço acadêmico com expressividade numérica. Este é um dado que reflete também a ação permanente da colonialidade do poder sobre a vida das mulheres negras.

Para Mignolo *a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada*(MIGNOLO, 2005, p.75), na qual as relações de poder foram estruturadas seguindo uma ideologia de pensamento que tem como modelo a modernidade que se estabelece dentro da soberania europeia. De acordo com Aníbal Quijano:

colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e das escalas societal. (QUIJANO, 2010,p.85)

A colonialidade, oriunda do colonialismo, definiu padrões de desenvolvimento por meio de uma estrutura baseada no capitalismo e este determinou a Europa como centro hegemônico do poder, do qual provinham os referenciais estéticos, sociais, morais, epistêmicos e culturais, gerando o eurocentrismo, isto é, determina que a sociedade oriunda da promessa da modernidade *naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas* (p,86).

Quijano (2010) nos diz que *a colonialidade do poder esta associada a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo*. (p,119). Já a colonialidade do saber está associada àquilo que determina como valor os conhecimentos reconhecidos como saber científico e como referenciais de conteúdos educacionais. A colonialidade do ser pode ser entendida como uma conseqüência da invisibilidade do poder e do saber. Ela mexe com a identidade e com a autoestima do sujeito, *esla que se ejerce por medio de la inferiorización, subalternizacion y la deshumanización: a lo que Frantz Fanon (1999) se refiere como el trato de la «no existencia»*.(WALSH,2008,p.138).

A colonialidade esvazia a representatividade da jovem negra no espaço acadêmico. Gayatri Spivak (2014), ao perguntar-se, “Pode o subalterno falar?” está questionando se existe representatividade, quer saber se o falante é ouvido em um contexto em que este subalterno fala por si, em que sua experiência de oprimido é valorizada, *se no contexto subalterno da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino esta ainda mais profundamente na obscuridade* (p,66).

Vale sinalizar que quando Spivak refere-se ao subalterno, está materializando a mulher indiana, o que tem a ver com as assimetrias de um projeto imperialista que constrói, também por vias legais, esta subalternidade. No caso das jovens negras brasileiras, diremos que as mesmas são subalternizadas, pois o que encontramos são assimetrias construídas e mantidas na colonização e na colonialidade. Não há, neste momento, uma relação legal, mas uma relação do Sistema Mundo que define lugares sociais a partir de seus corpos, hierarquizando cor da pele, ou seja, quanto mais branco mais perto do Sujeito Soberano^[iii] (SPIVAK, 2014) e este que tem seu lugar afirmado se o corpo branco for de homem.

Realizamos, então, a pergunta: A mulher negra pode falar dentro das graduações e pós-graduações, considerando este espaço um lugar ouvinte, em que ela inicia uma efetiva ação de transformação de seu papel, até então subalternizado pela colonialidade do poder? A matéria do jornal evidencia uma situação vivida por esta mulher que nos interessa investigar, agora, quais desdobramentos ela terá em outros campos da educação universitária e, para tanto, tomaremos como referência um breve levantamento do quantitativo de mulheres negras que foram tituladas enquanto Mestres e Doutoradas no ano de 2010, em comparação com mulheres brancas com a mesma titulação, que aparecem no documento elaborado pela Fundação Carlos Chagas^[iv] realizando, contudo, uma reflexão qualitativa sobre esses dados, de modo a pensar qual tem sido o papel da educação brasileira no tocante à promoção da igualdade de gênero/raça no que se refere a mulher negra.

Situando parâmetros

Vale assinalar que o eurocentrismo, como a figura de argamassa dessa estrutura, tem o papel de fazer a junção do cotidiano e das intersubjetividades, definindo as perspectivas cognitivas que são colocadas como o “outro” inferior, irracional e o “Sujeito Soberano” (SPIVAK, 2014) como superior e racional. Deste modo define o saber eurocêntrico como absoluto, hegemônico, dono de verdadeiro conhecimento.

Neste contexto, definimos nosso lugar como contra-narrativo, nos posicionamos na inversão, buscando *uma nova ordem para o mundo* (FANON, 1979, FREIRE, 2013), o significa que mesmo realizando investigação que envolve dados sobre as de mulheres negras no ensino superior, mas especificamente na pós-graduação, de forma alguma estaremos

sinalizando que não reconhecemos a existências de diferenciados percursos de ser e de saber que definem a potencialidade das mulheres negras como intelectuais. Referimo-nos à Tereza de Benguela que, em 1770, liderou o Quilombo de Cateretê, em Mato Grosso, e da escravizada Esperança Garcia, também em 1770, redigiu petição encaminhada ao Governador da Província do Piauí denunciando os maus-tratos. Maria Firmina, autora do primeiro romance abolicionista escrito em 1852, ou Carolina Maria de Jesus, que já no século XX, mostrou ao mundo crítica apurada e profunda sobre a sociedade brasileira. Tia Ciata, Mãe Beata e as tantas mulheres negras que nos candomblés, na associações ou nas irmandades, constroem um fazer intelectual.

Este estudo é motivado pelas questões de invisibilidade e representatividade da mulher negra no espaço acadêmico como um lugar de fala, em que ela é ouvida (SPIVAK, 2010). Durante a pesquisa bibliográfica para elaboração deste trabalho, percebemos que este poderá ser a base de uma pesquisa muito mais ampla, uma vez que esta se mostra com grande capilaridade que nos permitiria analisar o acesso da mulher negra à educação em composição com aspectos como: estereótipos; mobilidade social, mobilidade de filhas e filhos. No entanto, o que nos instiga é tornar visível algumas de nossas demandas porque, *ser invisível*, como nos diz a grande intelectual negra, Azoilda Loretto Trindade (2006): *é morrer em vida*.

Educação e o corpo da mulher negra

Desde a infância, a criança negra recebe em seu corpo a violência do racismo. Frantz Fanon (2008) traz à tona um fato bastante complexo: o de que o negro tem dificuldades na construção de seu esquema corporal, isto porque vivendo em um mundo branco, seu corpo tem com referência um corpo que não tem semelhança ao seu. Os negros vivem *como escravos de sua aparição* (IDEM, p. 110), isto é, aprisionado em si mesmos e nos significados externos a si, deste modo, a criança negra vai aprendendo a negar seu corpo e idolatrar o do outro, mais ainda, vai percebendo que seu corpo não é digno de receber abraços e aproximações afetivas.

O “eu” do negro se descobre como o “outro”, o feio, o indesejado. No caso da menina negra, está situação coloca como agravante um questionamento do seu lugar de mulher, uma vez que muito da Literatura Infantil trabalhada no ambiente escolar, além de apresentar princesas louras, frágeis, são mulheres com quase nenhum poder de escolha e decisão. Mais grave ainda é pensar que, esta menina negra, em interpenetrando o espaço lúdico promovido pela leitura, imaginando-se ocupar o lugar de princesa, da mulher amada e protegida, esbarra na não representatividade que estes momentos se constituem. Pensariam as meninas negras: por um acaso “eu não sou uma mulher?”^[v]

As histórias infantis, que por muitos são consideradas como clássicos, são ferramentas de colonialidade, que começam a construir, na infância o lugar do branco e do homem. Não estamos com isso negando a validade literária de algumas dessas histórias, mas ressaltamos que elas devem ser acompanhadas de ações que desconstruam os valores racistas. Este percurso de violência vai se avolumando no decorrer da escolaridade da criança negra. O corpo que não se vê, não sabe que existe, não reivindica espaço, não marca lugar. Sobre corpo há as marcas de suas escolhas, de suas memórias, de suas histórias e o mesmo acontece no ambiente escolar (TRINDADE, 2016).

Voltemos a matéria do jornal: ao analisarmos os dados do Relatório Final de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas sobre “[Desigualdades de Cor/Raça e Sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010](#)”, percebe-se que as defasagens de acesso e permanência da população negra ao ensino superior é inferior aquela alcançada pela população branca em diversos estágios da formação. Em 2010 observamos que 40,0% de mulheres brancas tinham concluído o Mestrado contra 9,9% de mulheres negras. Para titulação do Doutorado, vemos 36,1% de mulheres brancas tituladas contra 6,6% de mulheres negras com a mesma formação. Segundo o Relatório, *em 2009, as mulheres brancas representavam 45,1% dos estudantes na pós-graduação, seguidas de homens brancos com 31,3% de participação, em face de 12,5% para mulheres negras e 9,4% para homens negros.*

O documento produzido por pesquisadoras do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ intitulado “Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico” nos mostra um recorte sobre a participação de bolsistas no país no período no ano de 2015 e chega à seguinte conclusão, ancorada pelo fato de que o número baixo de bolsistas negras se explique pela exigência do domínio de uma segunda língua da qual essa parcela da população não teve acesso:

As bolsas no País totalizaram 91.103, em janeiro de 2015. A participação de bolsistas brancos é muito significativa, cerca de 58%. Os/as bolsistas negros/as são aproximadamente um quarto do total de bolsistas (26%). As mulheres brancas representam 59% do total de mulheres bolsistas e as negras (pardas e pretas) 26,8%. Entretanto, a participação das pretas é pequena: 4,8. (CNPQ/ 2015)

Os dados nos mostram que o acesso e a permanência destas mulheres no curso superior e na pós-graduação ainda carecem de muitos passos para que alcancemos um nível de equidade em comparação à população branca. Neste contexto, é necessário que políticas públicas sejam pensadas para que as mulheres negras possam cada vez mover-se com dignidade em meio as estruturas sociais, diminuindo o impacto do racismo sobre si.

Concluimos ou ainda na tentativa de concluir

Começamos nossa reflexão com algumas questões que nos atravessam ao constatar a realidade de exclusão escolar que atinge a jovem negra e reafirmamos a pergunta: pode uma mulher negra ser acadêmica? Ser representada? Os dados observados nos colocam em um lugar de apagamento ou rasura, como diz Fernanda Felisberto (UNIRIO, 15/12/2017). Diante deste quadro, buscamos estimular pensamentos críticos acerca do lugar de fala e de representação da mulher negra no curso superior e na sociedade brasileira, levando em conta as consequências do racismo institucional e da colonialidade, que as coloca em lugar nenhum.

Nosso objetivo é provocar a reflexão sobre o quanto o racismo, que é estrutural na sociedade brasileira, mantém a mulher negra na subalternizada, na violência cognitiva e social, deixando-a excluída do acesso à Educação, mesmo nesta fase do ENEM, em que consideramos que já foram ultrapassadas as tantas barreiras que a escolarização eurocentrada impõe a ela. Estamos colocando em negrito o fato de que sem representatividade a mulher negra não constrói os sentidos e significações do estudar e da educação.

Referências:

CARNEIRO, S. (2003). **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), Racismos contemporâneos (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.

CNPQ/-**Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

_____. **Os condenados da terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Fundação Carlos Chagas. **Relatório Final da Pesquisa: Desigualdade de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação Brasileira: 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/fcc/images/pesquisa/pdf/pesquisa-desigualdades-de-cor-e-sexo.pdf>. Acessado em: 12/04/2018

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Santa Catarina: Revista de Estudos Feministas, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO. 2005

QUERINO, Ana Carolina. **O racismo institucional como limitador do acesso a direitos**. In Guia de enfrentamento do racismo institucional. Geledés- Instituto da Mulher Negra.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. P.84-130

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.2010

TAVARES, Isabel; BRAGA Maria Lucia de Santana; LIMA Betina Stefanello. **Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>>. Acessado em 12/04/2018.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. In: Revista Valores Afro-brasileiros na Educação. 2005. Disponível em <http://gruel.com.br/wp-content/uploads/2011/10/Valores_a...pdf>. Acesso em 13/09/2015.

[i] Reconhecemos que algumas universidades públicas, ao oferecer o curso Pedagogia do Campo, realiza um processo de seleção diferenciado, havendo também a possibilidade de transferências, mas todas essas situações são insuficientes para contabilizar o acesso às universidades públicas em comparação com o ENEM.

[ii] Lugones (2014) entende sistema moderno colonial enquanto uma lógica categorial e dicotômica “que é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”. (p,935)

[iii] Sujeito Soberano entendido aqui com base no pensamento de Spivack (2014) como aquele a quem a sociedade entende e legitima sua representatividade que num contexto instituído pela modernidade é homem e branco.

[iv] [iv] Para acesso a fonte do relatório: <<http://www.fcc.org.br/fcc/images/pesquisa/pdf/pesquisa-desigualdades-de-cor-e-sexo.pdf>>, acesso em 12/04/2018.

[v] Sojourner Truth, escrava liberta, estadunidense, em 1852, ao relatar as violências sofridas por ela, em seu discurso pergunta, em Congresso de Mulheres: Não sou eu uma mulher? Anos mais tarde, 1981, a intelectual negra bell hooks (ela se apresenta com nome escrito com letra minúscula) escreve livro repetindo a pergunta.